



Prime

RELATÓRIO E CONTAS

2008



Prime



Prime

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
Órgãos sociais	7
01 Enquadramento macroeconómico	8
02 Aspectos regulamentares	9
03 Perfil estratégico	14
04 Inovação, investigação e desenvolvimento	15
05 Evolução dos negócios	18
06 Recursos humanos	20
07 Principais eventos do ano	21
08 Perspectivas futuras	22
09 Proposta de aplicação de resultados	23
10 Participações	24
Glossário	25
Demonstrações financeiras	27
Certificação legal das contas	53
Relatório e parecer do Fiscal Único	54
Relatório de auditoria	55



Prime



Prime

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Num ano marcado pela extensão da crise do crédito hipotecário subprime aos mercados financeiros e à economia mundial e, no mercado interno, pelo aumento da competitividade com a consolidação de um novo operador, é com um grande sentido de realização e satisfação pessoal que posso afirmar que a nossa empresa alcançou, e em muitos casos superou, os objectivos a que se propôs.

Um dos primeiros passos dados foi a adaptação da organização aos desafios futuros. Internamente, a criação da PT Portugal através da fusão organizativa entre o negócio fixo, no qual se integra a PT Prime, e o negócio móvel foi um marco histórico para toda a empresa, representando um ponto de viragem no nível de eficiência e agilidade de funcionamento das diversas áreas de negócio.

Neste sentido, e reafirmando o nosso compromisso com o cliente, abandonou-se uma estrutura organizada em torno de plataformas, fixo e móvel, para uma estrutura centrada nas necessidades de cada segmento.

Para podermos continuar a surpreender constantemente o mercado com serviços inovadores, demos passos importantes no reforço de uma cultura de inovação e tomada de risco como um dos principais drivers de crescimento e desempenho. Internamente, foram criadas as condições para o desenvolvimento e partilha de ideias novas e diferenciadoras, tendo sido envolvida toda a organização no processo de inovação de novos produtos e serviços, conceitos de negócio, alavancas de experiência do cliente e aumento de eficiência operacional.

No ano de 2008, a PT Prime viu reforçada a sua posição no mercado, vendo confirmado o sucesso das prioridades estratégicas delineadas.

No segmento das PME's, apostámos de forma clara no potencial da convergência fixo-móvel. Lançámos a solução Office Box Executive, disponibilizando num só pacote com pricing simplificado serviços de conectividade fixa e móvel, hardware de última geração e um serviço de suporte integrado, tornando a PT Prime uma referência na prestação de um serviço integrado de telecomunicações, com ferramentas de produtividade e suporte.

No segmento Corporate, consolidámos a nossa posição de mercado, ganhando um número importante de novos contratos de soluções de telecomunicações bem como de soluções de



Prime

outsourcing, gestão de redes e TI customizadas às necessidades dos nossos clientes. Realçaria o trabalho que se está a fazer na educação, onde a nossa visão de futuro se materializa na dotação do sistema de educação português com uma das mais modernas redes de telecomunicações.

O ano de 2008 foi também marcado pelo reforço da nossa aposta na sustentabilidade e responsabilidade social como parte integrante da nossa estratégia.

Estamos determinados em promover a sustentabilidade futura da nossa sociedade, através quer da nossa actuação directa, reduzindo as nossas emissões de CO2 e necessidades energéticas, quer de uma forma indirecta, através dos nossos produtos e serviços que promovem a desmaterialização do nosso quotidiano e a redução da pegada ambiental.

De realçar o enfoque da PT Prime na promoção do bem-estar social dos seus colaboradores e da sociedade. A nível interno, este enfoque espelha-se, por exemplo, nas bolsas de estudo atribuídas a filhos de colaboradores, no acesso gratuito a bibliotecas internas e nas iniciativas de voluntariado em horário laboral. A nível externo, são de destacar as iniciativas lideradas pela Fundação PT, que se constitui como uma das maiores fundações portuguesas associadas a um grupo económico.

As oportunidades e desafios que se apresentam inspiram-nos a concretizar a nossa visão de transformação da sociedade em que vivemos. Gostaria assim de agradecer o apoio e confiança que recebemos dos nossos accionistas, o empenho e profissionalismo dos nossos colaboradores e a confiança dos nossos clientes e fornecedores, sem os quais não poderíamos realizar a nossa visão de futuro.

Zeinal Bava

Presidente do Conselho de Administração

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Nuno Maria Macedo Alves Mimoso
Secretário	João Pedro Reis de Branco Pardal

Conselho de Administração

Presidente	Zeinal Abedin Mahomed Bava
Administrador	Abílio Cesário Lopes Martins
Administrador	Alfredo José Silva de Oliveira Baptista
Administrador	Carlos António Alves Duarte
Administrador	David José Ferreira Lopes
Administrador	Francisco José Meira Silva Nunes
Administrador	José Carlos de Oliveira Baldino
Administrador	Luís Filipe Saraiva Castel-Branco Avelar
Administrador	Manuel Francisco Rosa da Silva
Administrador	Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão
Administrador	Rui Alexandre Ramos Gonçalves Pereira

Fiscal Único

Efectivo	Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – SROC, representada por Mário João de Matos Gomes, ROC
Suplente:	Patrício Viriato da Cruz

Secretário Geral/Secretário da Sociedade

Secretário da Sociedade	João Alfredo Trindade Leal
Secretário da Sociedade Suplente	João Pedro Reis de Branco Pardal



Prime

01 Enquadramento macroeconómico

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito subprime, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas no primeiro semestre do ano, e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1,9% em 2007 para 0% em 2008, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a cair de 7,6% em 2007 para apenas 0,6% em 2008, e a estagnação do investimento, que registou um decréscimo de 0,8% face a um crescimento de 3,2% em 2007.

Relativamente à formação bruta de capital fixo, esta foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas.

No conjunto de 2008, o consumo privado desacelerou ligeiramente, com a variação anual a descer de 1,6% para 1,4%. Este registo implica um crescimento superior ao do PIB e sugere uma nova redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5,5% do produto interno. Apesar da tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, no segundo semestre do ano, pela desaceleração dos preços.

A taxa de inflação média anual subiu de 2,4% em 2007 para 2,6% em 2008 mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8% em 2007 para 7,6% em 2008 da população activa, reflectindo o crescimento ligeiramente acima do potencial, observado nos dois anos anteriores. Contudo, é de salientar que o desemprego já registou uma subida no último trimestre de 2008, em linha com a estagnação da actividade registada no segundo semestre do ano.

O aumento da restrição dos critérios de financiamento contribuiu para uma moderação do crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que desceu, em 2007, de 9,9% para um valor próximo de 7,5% em 2008.

02 Aspectos regulamentares

O spin-off da PT Multimédia, o negócio de cabo da PT, concluído a 7 de Novembro de 2007, alterou o ambiente concorrencial do mercado de telecomunicações em Portugal. Diversos aspectos do quadro regulamentar foram alvo de discussão em 2008: Revisão do Quadro Regulatório (processo ainda não concluído), Redes de Nova Geração e a Televisão Digital Terrestre.

Redes de Nova Geração

Em 18 de Junho de 2008, o ICP-ANACOM lançou uma consulta pública sobre a abordagem regulatória às Redes de Nova Geração (“RNG”), a qual abordou diferentes vertentes em termos de: mercado, tecnologia, impacto nas redes existentes, modelos de desenvolvimento, políticas públicas e modelos regulatórios. Até 31 de Dezembro de 2008, o ICP-ANACOM não tinha ainda publicado o relatório, nem o resultado da consulta, o que não permitiu uma definição consistente do quadro regulatório aplicável às RNG.

Em 30 de Julho de 2008, foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros – a RCM n.º 120/2008, que definiu as RNG como uma prioridade estratégica para o país e estabeleceu um conjunto de objectivos para 2010, ano em que se pretende que estejam ligados 1 milhão de utilizadores, bem como a conexão de diversos serviços públicos às RNG. Esta resolução estabeleceu, ainda, um conjunto de medidas legislativas relativas ao acesso a condutas e ao domínio público e no que se refere às infra-estruturas instaladas dentro de edifícios, as quais deverão fazer parte da versão final da legislação regulamentar.

Em 18 de Setembro de 2008, a Comissão Europeia colocou em consulta uma proposta de Recomendação sobre a regulação das RNG, na qual pretende estabelecer princípios gerais de actuação, bem como a regulação das soluções FTTH e FTTN, incluindo a desagregação do acesso em fibra óptica e a desagregação virtual (bitstream), encontrando-se, ainda, a trabalhar na versão final da Recomendação.

Televisão Digital Terrestre

Em Fevereiro de 2008, foram publicados os regulamentos dos dois concursos para atribuição de direitos de frequências para o serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre e para o licenciamento do operador de distribuição, um respeitante ao Multiplexer A, destinado à transmissão



Prime

de serviços de canais de acesso aberto (*FTA – Free-To-Air*), de âmbito nacional, e outro respeitante aos Multiplexers B a F, destinados à transmissão de canais de acesso condicionado ou acesso não condicionado com assinatura, sendo os Muxes B e C de âmbito nacional e os restantes de âmbito regional.

A PT ganhou o concurso respeitante ao Mux A, tendo-lhe sido atribuído, em Dezembro, o título de atribuição das respectivas frequências, que vão permitir o lançamento da Televisão Digital Terrestre em Portugal e o *switch-off* da televisão analógica, cumprindo a data objectivo da Comissão Europeia fixada para o ano de 2012. Relativamente ao concurso para os Muxes B a F, a PT venceu o concurso, contudo a decisão final foi impugnada judicialmente por outro concorrente. Como resultado, o concurso encontra-se envolvido em litígio judicial, o que levou à suspensão dos actos praticados pelo ICP-ANACOM e pela ERC no âmbito do mesmo.

Mercados relevantes 4 & 5

Em 26 de Junho de 2008, o ICP-ANACOM lançou uma consulta pública sobre mercados de fornecimento de acesso *wholesale* de acesso (físico) (MR 4) e de fornecimento *wholesale* de acesso em banda larga (MR 5), tendo notificado a Comissão Europeia da sua decisão final, em 4 de Dezembro de 2008, na qual considerou existirem 184 áreas de central concorrenciais, correspondendo a cerca de 61% dos acessos em banda larga. Nessas áreas, a PT ficará liberta de um conjunto de obrigações que lhe haviam sido impostas, em 2005.

Nestas zonas, a PT deixará de estar obrigada ao cumprimento das regras de esmagamento de margens e de controlo ex-ante das suas ofertas retalhistas de banda larga. No prazo de um ano, a PT deixará também de estar obrigada a manter a sua oferta *wholesale* de acesso em banda larga (*bitstream*), naquelas zonas.

A PT mantém, no entanto, as suas obrigações, no que se refere à desagregação do lacete local e no acesso a condutas. De acordo com o ICP-ANACOM, os aspectos relativos à oferta de fibra escura e de desagregação da fibra serão analisados em consulta autónoma.

Serviço universal

Em Janeiro de 2008, o ICP-ANACOM emitiu a sua decisão final de rejeição das estimativas de Custos Líquidos do Serviço Universal (“CLSU”), apresentadas pela PT Comunicações (“PTC”) em Outubro de 2006, relativamente a 2003 e revisão dos valores referentes a 2001 e 2002 (ambos recalculados). O ICP-

ANACOM declarou que iria colocar, nos 90 dias seguintes, em consulta pública uma metodologia de cálculo dos CLSU. O prazo limite expirou, em meados de Junho, sem desenvolvimentos posteriores.

Em Fevereiro de 2008, dando cumprimento a um Despacho do Governo Português, o ICP-ANACOM lançou uma Consulta sobre Serviço Universal, destinada à recolha de posições com vista à preparação e lançamento de um concurso público para a designação do ou dos Prestadores do Serviço Universal (“PSU”), não obstante a PTC ser o prestador de Serviço Universal, designado até 2025 no âmbito do Contrato de Concessão e as questões relativas à compensação dos CLSU estarem por resolver.

Em Setembro, o Regulador publicou o relatório da consulta sobre Serviço Universal e o Governo tornou pública a intenção de rever ou negociar o Contrato de Concessão com a PTC (e possibilitar, assim, o lançamento do concurso público para a designação do PSU). As conversações sobre este assunto entre a PTC e o Governo já foram encetadas mas ainda não se alcançou uma plataforma de entendimento.

Indemnizações compensatórias pelos serviços obrigatórios

Em Novembro de 2008, o Conselho de Ministros aprovou uma indemnização compensatória à PT no valor de um milhão de euros, no âmbito do Orçamento de Estado para 2008, nos termos do Contrato de Concessão, referente à prestação obrigatória dos seguintes serviços: Telex, Telegramas, Móvel Marítimo e Teledifusão.

Tarifário do serviço telefónico

Em 29 de Outubro de 2008, o ICP-ANACOM decidiu não se opor ao novo tarifário residencial proposto pela PTC e que veio estender, a partir de 27 de Setembro, o período nocturno gratuito, entre as 21h e as 9h, até aqui apenas de 2ª a 6ª feira, para os fim de semana.

As variações nominais de preços calculadas para o cabaz de serviços considerado pelo regulador para efeitos do cumprimento do *price-cap* foram de menos 0,66% (variação instantânea) e menos 0,65% (média anual).

Mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais

Em 2 de Julho de 2008, o ICP-ANACOM aprovou uma decisão relativa à especificação da obrigação de controlo de preços no âmbito dos mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes



Prime

móveis individuais, nos termos da qual foi imposta uma descida das tarifas de terminação móveis, com introdução de assimetria a favor do terceiro operador móvel.

Esta decisão deveria ter entrado em vigor em 15 de Julho de 2008, mas devido a circunstâncias que rodearam a respectiva aprovação, apenas entrou em vigor em 23 de Agosto de 2008.

A decisão estabelece uma nova transição gradual, com uma descida acentuada de preços para a TMN num primeiro momento, concedendo à Optimus um período de transição mais longo (assimetria), sendo que, em 1 de Outubro de 2009, o preço da terminação de chamadas em redes móveis individuais será de 0,0650 euros por minuto, para os três operadores móveis.

Originação de chamadas em redes móveis

Em Agosto de 2008, três anos após ter iniciado, e nunca concluído, a análise aos Mercados Relevantes 15 ("MR"), o ICP-ANACOM publicou um "entendimento", instando os operadores móveis a descerem as respectivas tarifas de originação para níveis semelhantes aos das tarifas de terminação até 30 de Setembro de 2008 e, em simultâneo, a promover descidas dos preços do serviço de facturação e cobrança por conta de outros operadores, sob ameaça de remeter o tema para a Autoridade da Concorrência ou endereçar o assunto em sede de análise do MR.

O entendimento do ICP-ANACOM surgiu após a publicação da nova Recomendação da Comissão Europeia sobre os MR para efeitos de imposição de obrigações ex-ante, tendo deixado de constar da mesma o antigo MR 15 (mercado grossista do acesso e originação de chamadas em redes telefónicas públicas móveis).

Regulamento de *roaming*

Nos termos do Regulamento 727/2007 sobre as tarifas *de roaming* na UE, a Comissão Europeia tinha a responsabilidade de apresentar ao Parlamento Europeu um relatório sobre o funcionamento deste Regulamento, indicando se os objectivos principais do mesmo foram atingidos. Para esse efeito, a Comissão lançou, em Maio de 2008, uma consulta destinada a avaliar o funcionamento e o impacto deste Regulamento, por forma a obter a posição de todos os interessados relativamente ao cumprimento dos objectivos do Regulamento (redução das tarifas grossistas e retalhistas dos serviços *de roaming*) e ao impacto nas receitas e nos lucros dos operadores.



Prime

A Consulta também abordava a possível extensão do âmbito de aplicação do Regulamento às comunicações de dados, nomeadamente SMS e MMS. A Comissão solicitou ainda aos operadores esclarecimentos quanto às diferenças das tarifas praticadas pelos serviços de dados e de SMS em *roaming* por contraposição às tarifas praticadas no mercado doméstico.

De acordo com declarações emitidas em 15 de Julho de 2008, a Comissão pretende impor a redução das tarifas de *roaming* para os serviços de dados, o que poderá ocorrer durante o ano de 2009.

Espectro radioelétrico

O ICP-ANACOM aprovou a nova versão do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências para o ano de 2009 – QNAF 2009.

Foi aprovado o Regulamento que fixa as condições de identificação e sinalização das estações de radiocomunicações.

Atribuição de direitos de utilização da faixa dos 3400-3800 MHz

O ICP-ANACOM promoveu um concurso e seleccionou a entidade que irá apresentar uma proposta relativa ao modelo de leilão de espectro para BWA (3400-3800 MHz) mais adequado, incluindo regras e sistema de suporte à implementação.

Atribuição de direitos de utilização da faixa dos 450MHz

Em 22 de Agosto de 2008, foi publicado o Regulamento do concurso para atribuição de direitos de utilização da faixa dos 450 MHz para prestação de serviços móveis de âmbito nacional. A TMN e os outros dois operadores móveis foram impedidos de participar neste concurso uma vez que já são detentores de faixas de frequência para a prestação do serviço telefónico móvel.

Atribuição de direitos de utilização da faixa dos 2500-2690 MHz

Em 11 de Dezembro de 2008, o ICP-ANACOM aprovou, o documento de consulta pública sobre os direitos de utilização na faixa de frequências 2500-2690 MHz (também conhecida por faixa dos 2,6 GHz).



Prime

Taxas devidas pela utilização de radiofrequências

Em 17 de Dezembro de 2008, foi publicada a Portaria n.º 1473-A/2008, que alterou as regras para o cálculo do montante da taxa a ser paga pelos operadores móveis ao ICP-ANACOM pela utilização do espectro radioelétrico.

03 Perfil estratégico

Enquadramento

Sector das Telecomunicações

Mercados emergentes como motor de crescimento. Em 2008, os mercados emergentes contribuíram de forma ainda mais evidente para o crescimento da *pool* de receitas de telecomunicações, representando mais de 67% do crescimento total, justificado pelo elevado ritmo de crescimento em angariação de subscritores.

Acentuar do movimento de convergência. A disponibilidade de novas tecnologias de acesso e equipamentos com funcionalidade IP tem conduzido a uma convergência acrescida de conteúdos e serviços em várias plataformas. Este movimento levou à intensificação das pressões concorrenciais entre operadores de telecomunicações, empresas de SI/TI e conteúdos.

Contexto do negócio de telecomunicações em Portugal

Aumento da pressão competitiva. O sector das telecomunicações sofreu uma profunda transformação em Portugal, com a consolidação de um novo operador – a Zon Multimédia – e o aumento da agressividade comercial pela Sonaecom e Vodafone.

Concertação sectorial e do Governo para a inclusão info-social. Em 2008, no âmbito do Plano Tecnológico anunciado pelo Governo Português em 2005, assistiu-se a uma consolidação de programas de longo alcance para a construção de uma sociedade da informação. São exemplo disso o alargar do programa e-Escolas, os projectos no âmbito da saúde e a negociação, em 2009, de um protocolo para o desenvolvimento das Redes de Nova Geração (“RNG”).

Estratégia

Reforçar a liderança em todos os segmentos de mercado. Num mundo convergente, no qual os indivíduos precisam cada vez mais de contactar, comunicar e consumir serviços de dados sem falhas e em qualquer equipamento terminal – no local de trabalho, em casa ou na rua –, as capacidades únicas

da PT, grupo onde se integra a PT Prime, revelam-se uma verdadeira vantagem competitiva na oferta de serviços integrados.

“Fazer a diferença” no serviço ao cliente. Num contexto de grande transformação do mercado e de incerteza económica, compreender as necessidades dos clientes ao longo de todo o seu ciclo de vida e agir perante as mesmas com uma execução de excelência é um factor distintivo. Através desta relação de confiança será possível encorajar com sucesso os clientes a contratualizarem pacotes cada vez mais completos de produtos e serviços durante períodos mais longos no tempo.

Inovação como vantagem competitiva. A PT Prime pretende ser um operador inovador, assegurando o seu espaço próprio no sector das telecomunicações, e alavancando também na integração no grupo PT. Assim, a PT Prime concentra a sua operação em torno de competências distintas, eliminando actividades e operações em que não possui este factor diferenciador. Uma secção mais detalhada sobre inovação, investigação e desenvolvimento está disponível neste documento.

Nova estrutura operacional e organizativa. A integração operacional entre a PT Comunicações, a PT Prime e a TMN, efectuada em 2008, constitui um marco histórico para a organização, representando um ponto de viragem no nível de eficiência e agilidade de funcionamento das diversas áreas de negócio. O desenho da nova organização está assente em dois princípios:

- Maior enfoque no cliente, com a mudança de uma estrutura organizada em torno de plataformas, fixa e móvel, para uma estrutura centrada nas necessidades de cada segmento, passando assim para uma organização em torno de cinco segmentos de cliente: Pessoal, Residencial, PMEs, Corporate e Wholesale.
- Eficiência operativa superior, através da eliminação de vários processos de decisão e *layers*, tornando a empresa mais simples e ágil para competir num ambiente mais competitivo.

04 Inovação, investigação e desenvolvimento

Como já referido na secção relacionada com o perfil estratégico, a PT Prime tem consciência que o sucesso reside na procura permanente de oportunidades de inovação e diferenciação, tendo despoletado inúmeras iniciativas de sucesso. O actual contexto competitivo exige uma forte dinâmica de forma a garantir a liderança.



Prime

Para além do investimento em inovação no desenvolvimento de produtos e serviços, foram endereçadas outras áreas como a eficiência operacional, o suporte ao cliente, o desenvolvimento de novos modelos de negócio e a criação de uma cultura organizacional mais eficiente, alargando o âmbito de actuação e contribuindo para ampliar as vantagens competitivas da PT Prime.

Desenvolvimento de produtos e serviços

Dado o actual contexto competitivo, os principais investimentos em inovação foram direccionados para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Estes investimentos procuraram, não só a captação de novos clientes, mas também a fidelização da base actual de clientes, reforçando as funcionalidades e a qualidade dos serviços prestados.

O desenvolvimento de novas ofertas empresariais segmentadas, suportadas em soluções convergentes tecnológicas e aplicacionais, permitiram satisfazer as necessidades específicas de diferentes sectores de mercado de uma forma inovadora.

Eficiência operacional

Durante 2008, a PT Prime também fez uma aposta na inovação em áreas que produzem impacto em termos de eficiência operacional.

O maior destaque foi para a reformulação dos sistemas de informação que suporta a reestruturação do negócio imposta pela convergência fixo-móvel, associada à pressão para a melhoria continua da operação e produzindo impacto em termos de processos e de sistemas.

Por último, e num contexto em que, cada vez mais, o cliente pretende autonomia nas suas decisões e a autogestão do seu nível de serviço de telecomunicações, a PT Prime investiu também nas componentes relacionadas com o *self-service* e o *self-care*, procurando proporcionar uma melhor qualidade de serviço ao cliente final.

Sociedade e meio envolvente

O posicionamento da PT Prime sempre foi suportado em princípios fundamentais de crescimento e inovação, com vista a uma melhor integração e prosperidade da sociedade em que se insere.



Prime

Neste âmbito, a componente de responsabilidade social adquire particular relevância. Nos últimos anos, a PT Prime desenvolveu de forma consistente projectos nesta área de actividade e 2008 não foi excepção. Numa perspectiva de contribuição para o desenvolvimento económico e social, e no contexto da iniciativa governamental da Sociedade da Informação e da digitalização de serviços governamentais, a PT Prime teve um papel activo, desenvolvendo diversas soluções, nomeadamente:

- Soluções para a Administração Central - nomeadamente a Esquadra Séc.XXI desenvolvida com o Ministério da Administração Interna e com a Polícia de Segurança Pública; o serviço de “Atendimento Temático da Deficiência” com o Instituto da Segurança Social e o Sistema de Informação dos Imóveis do Estado com a Direcção Geral do Tesouro e Finanças.
- Soluções para a indústria da saúde – respondendo a um dos objectivos estratégicos de desenvolvimento do país na indústria da saúde, foram desenvolvidas ofertas específicas para endereçar as necessidades deste complexo e exigente mercado.

Investigação e desenvolvimento

A PT Prime acredita que o investimento estruturado e contínuo em investigação e desenvolvimento é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento de produtos e tecnologias inovadoras. Nesse sentido, a PT Prime tem vindo a investir em capital intelectual e em metodologias com o objectivo de criar uma cultura de inovação e de assegurar novas conquistas tecnológicas. Nesta área, é ainda de destacar o trabalho conjunto desenvolvido com a PT Inovação, no desenvolvimento de protótipos e soluções de suporte ao negócio.



Prime

05 Evolução dos negócios

A análise que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela PT Prime, S.A. no exercício de 2008, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2008.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Demonstração de resultados	milhares de euros		
	2008	2007	Δ 08/07
Proveitos Operacionais	483.119	413.162	16,9%
Vendas	32.607	21.696	50,3%
Prestações de Serviços	443.976	380.910	16,6%
Outros Proveitos Operacionais	6.536	10.555	(38,1%)
Custos Operacionais	408.648	372.512	9,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26.715	28.218	(5,3%)
Fornecimentos e serviços externos	339.831	308.955	10,0%
Custos com o pessoal	4.113	4.214	(2,4%)
Amortizações	33.260	29.747	11,8%
Outros Custos Operacionais	4.730	1.377	243,5%
Resultado Operacional	74.470	40.650	83,2%
Resultados Financeiros	-2.605	-2.458	6,0%
Resultados Correntes	71.866	38.192	88,2%
Resultados Extraordinários	-257	1.546	(116,6%)
Resultado Líquido do Exercício	52.689	29.272	80,0%
Capex	37.871	37.188	1,8%
% Capex/ Proveitos Operacionais	8%	9%	

Os Proveitos operacionais ascenderam a 483,1 milhões de euros (+16,9% do que em 2007), resultado da aposta da Empresa na diversificação do seu portfolio, na defesa e maximização dos negócios core e na optimização das parcerias estabelecidas com os Clientes, ajustando as soluções às suas necessidades.

Assim sendo, o desenvolvimento de novos negócios, nomeadamente através da disponibilização de soluções integradas de telecomunicações e tecnologias de informação e o papel cada vez mais activo na prestação de *servicing* junto dos clientes, conduziram a um crescimento das Receitas de exploração situando-as nos 476,6 milhões de euros (+18,4% do que em 2007).

A apetência do mercado para serviços com maior integração de voz e dados e para débitos cada vez mais elevados foram determinantes na evolução favorável dos proveitos de Dados e Banda Larga, dos quais merecem principal destaque os serviços VPN IP e Ethernet.



Prime

O desenvolvimento dos serviços de Internet para o mercado empresarial e a aposta no lançamento de novos serviços contribuíram para a melhoria significativa dos seus proveitos, traduzindo a crescente *webização* das empresas portuguesas.

A eficaz resposta da PT Prime ao mercado, através do alargamento do seu portfolio de produtos e serviços na área das Tecnologias de informação (Data Centers) e Sistemas de informação, impulsionou de forma significativa esta linha de negócio estratégica durante o ano 2008. O negócio de Outsourcing de redes de clientes continuou a ser desenvolvido numa perspectiva de criação de valor para o Cliente, potenciando o seu envolvimento e deste modo incrementando a fidelização dos mesmos com a Empresa.

Os Outros Proveitos operacionais diminuíram 38,1% face a 2007, em resultado do decréscimo dos trabalhos para a própria empresa, bem como da variação de produção.

Os Resultados Operacionais cresceram 83,2% face a 2007, situando-se nos 74,5 milhões de euros, enquanto os Custos Operacionais aumentaram 9,7%, principalmente em resultado do aumento dos custos directos, nomeadamente custos de aluguer de circuitos e capacidade da Rede ADSL decorrentes do aumento do volume de negócios. O EBITDA ascendeu a 107,7 milhões de euros (+53,0% do que no ano anterior), correspondendo a uma Margem EBITDA de 22,6% (+5,1 p.p. do que o verificado em 2007).

As Amortizações do exercício ascenderam a 33,3 milhões de euros, um incremento de 11,8% face a 2007, em grande parte resultante dos investimentos na ampliação da capacidade das redes estratégicas, em especial no domínio IP e VoIP, com uma visão de serviço global, respondendo aos requisitos cada vez mais exigentes dos Clientes.

O Resultado Líquido da PT Prime ascendeu a 52,7 milhões de euros no final de 2008 (29,3 milhões de euros em 2007), cuja evolução favorável resultou da concretização de uma estratégia centrada na defesa do negócio core, no desenvolvimento de novos negócios, no reforço do *servicing*, no aumento da eficiência operacional e no desenvolvimento de capacidades próprias e de parcerias estratégicas.



Prime

Balanço	milhares de euros	
	31 Dezembro 2008	31 Dezembro 2007
Imobilizado Líquido	102.745	100.319
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo	1.802	285
Circulante	139.827	122.811
Acréscimos e Diferimentos	49.688	47.987
Total do activo	294.061	271.402
Capital próprio	97.255	72.375
Provisões para Riscos e Encargos	404	223
Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo	37.151	19.553
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	120.563	140.522
Acréscimos e Diferimentos	38.687	38.729
Total do passivo	196.806	199.028
Total do capital próprio e do passivo	294.061	271.402

O Activo Líquido da PT Prime ascendeu a 294,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, evidenciando um acréscimo de 22,7 milhões de euros (+8,3%) em relação a 31 de Dezembro de 2007 (271,4 milhões de euros), em grande parte justificado pelo aumento do Activo Circulante. Para este aumento contribuiu, principalmente o incremento das Dívidas de terceiros de curto prazo (+10,1 milhões de euros), das Disponibilidades (+4,6 milhões de euros) e das Existências (+2,4 milhões de euros).

O Passivo evidenciou, em 2008, uma redução de 1,1%, situando-o nos 196,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, a qual resulta do decréscimo das Dívidas a terceiros a curto prazo associadas a Accionistas e empresas do Grupo ter sido mais acentuado do que o acréscimo das mesmas Dívidas a médio e longo prazo.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Capital Próprio situou-se em 97,3 milhões de euros, tendo aumentado 24,9 milhões de euros face ao final de 2007, fundamentalmente resultado do acréscimo do Resultado líquido do exercício.



Prime

06 Recursos humanos

O número de colaboradores, durante o ano de 2008, manteve-se relativamente estável, existindo praticamente um equilíbrio entre as entradas e saídas do pessoal ao serviço, passando de 69 colaboradores, no final de 2007, para 73, no final de 2008.

Mantendo a aposta no desenvolvimento das competências técnicas e de gestão dos colaboradores, a PT Prime investiu em programas de formação diversificados, que visaram apetrechar cada colaborador com as ferramentas necessárias para dar resposta adequada aos constantes desafios profissionais que enfrentam.

Mantiveram-se igualmente as iniciativas de promoção da responsabilidade social interna.



Prime

07 Principais eventos do ano

Produtos e Serviços

MAI.08 | Início do piloto VPN Internacional. O serviço VPN IP Internacional (PT Prime-BT/Infonet) consiste na criação de VPNs com sites em Portugal e no estrangeiro, através da interligação homogénea e transparente dos backbones IP da PT Prime e da BT/Infonet, que suportam essas VPNs.

AGO.08 | Lançamento do serviço 707 Número Único PT Prime. O serviço acomodado na gama de numeração 707 caracteriza-se por permitir o acesso ao número a um preço único a partir de qualquer rede nacional, distinguindo apenas a origem fixa ou móvel. O serviço permitiu completar a oferta baseada na rede IN e aumentar a gama de serviços disponíveis aos clientes com Acesso Directo Prime.

SET.08 | Lançamento do serviço de Hosting Empresarial, em resposta à forte pressão de rentabilização de recursos como meio de otimizar o retorno dos investimentos em TI. A PT Prime criou um serviço que, sem prejuízo da segurança, potencia a implementação de arquitecturas de TIs flexíveis e escaláveis, com menor custo e tempos de implementação mais curtos. A plataforma de serviços Hosting Empresarial recorre a tecnologia de virtualização e de consolidação de sistemas para dar resposta a um mercado cada vez mais exigente, entregando infra-estruturas TI adaptadas às necessidades do negócio dos Clientes PT Prime e à sua evolução futura de forma modular, com recurso a servidores físicos e ou virtuais.

OUT.08 | Lançamento do Backup W2, um serviço integrado de backup de acessos IP via rede móvel (3G) e rede fixa (RDIS). Assegura a máxima disponibilidade através de meios alternativos, respondendo aos elevados requisitos de SLA em soluções empresariais. Este serviço é um *update* da oferta existente de Backup de acessos IP baseado na rede fixa.



Prime

08 Perspectivas futuras

A PT Prime irá continuar a ser uma empresa orientada para o crescimento, pretendendo retirar todo o partido das oportunidades existentes e futuras nos mercados de telecomunicações e multimédia através do desenvolvimento contínuo de novos serviços e ofertas convergentes.

Tendo em vista antecipar estes desafios, a sua estratégia deverá ser baseada no desenvolvimento de serviços convergentes fixo-móvel para todos os segmentos do mercado empresarial, com o objectivo de aumentar a fidelização e reduzir os custos associados à retenção dos seus clientes. A estratégia da PT Prime irá igualmente assentar no desenvolvimento de novos serviços e na oferta de soluções cada vez mais alinhadas com a cadeia de valor dos negócios de cada Cliente.

Por outro lado, a PT Prime continuará a conduzir os seus negócios racionalizando a sua estrutura de custos através do aumento da produtividade e da reengenharia de processos empresariais.

Face a estas perspectivas, renovam-se os desafios, sendo que a nossa resposta continua alicerçada nos factores que se têm mostrado ganhadores junto do mercado – a proximidade ao cliente e a capacidade de inovação.



Prime

09 Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a Lei e os Estatutos, 5% do Resultado Líquido do Exercício destina-se ao reforço da Reserva Legal, até que esta atinja a quinta parte do capital social. A Reserva Legal a 31 de Dezembro de 2008 ascendia a EUR 5.729.437,30 pelo que só deverá ser reforçada em EUR 270.562,70.

Considera o Conselho de Administração que o remanescente do Resultado Líquido deve ser objecto de distribuição como dividendos. Em conclusão, e nos termos do Artº 23º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe ao Accionista a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal	270.562,70
Para Distribuição de Dividendos	<u>52.418.123,21</u>
	<u><u>52.688.685,91</u></u>

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009

O Conselho de Administração

Presidente	Zeinal Abedin Mahomed Bava
Administrador	Abílio Cesário Lopes Martins
Administrador	Alfredo José Silva de Oliveira Baptista
Administrador	Carlos António Alves Duarte
Administrador	David José Ferreira Lopes
Administrador	Francisco José Meira Silva Nunes
Administrador	José Carlos de Oliveira Baldino
Administrador	Luís Filipe Saraiva Castel-Branco Avelar
Administrador	Manuel Francisco Rosa da Silva
Administrador	Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão
Administrador	Rui Alexandre Ramos Gonçalves Pereira

10 Participações

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e pelo Fiscal Único da PT Comunicações, em 31 de Dezembro de 2007:

Conselho de Administração

- Zeinal Abedin Mahomed Bava, Presidente Executivo, é titular de 63 161 acções da PT;
- Manuel Francisco Rosa da Silva, Administrador, é titular de 90 acções da PT;
- Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, Administrador, é titular de 758 acções da PT;
- Francisco José Meira Silva Nunes, Administrador, é titular de 150 acções da PT;
- Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador, é titular de 8 193 acções da PT;
- Carlos António Alves Duarte, Administrador, é titular de 40 acções da PT;
- Abílio Cesário Lopes Martins, Administrador, é titular de 552 acções da PT
- Luís Filipe Saraiva Castel-Branco Avelar, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT.
- David José Ferreira Lopes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT.
- José Carlos de Oliveira Baldino, Administrador, é titular de 140 acções da PT
- Rui Alexandre Ramos Gonçalves Pereira, Administrador, é titular de 1000 acções da PT

Fiscal Único:

- O Dr. Mário João de Matos Gomes, Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único Efectivo, não é titular de quaisquer acções da PT.
- O Dr. Patrício Viriato da Cruz, Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único Suplente, não é titular de quaisquer acções da PT.



Prime

Glossário

ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
RDIS	Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.
SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
FTTH	Fiber to the home
FTTN	Fiber to the node
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
3G	3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.
Resultado operacional	Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Goodwill	Goodwill é o montante em excesso que resulta do facto do custo de aquisição de um activo ser superior ao seu valor contabilístico.



Prime

Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2008		2007	
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	8 e 10	2 958 993	(2 958 993)	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	8 e 10	704 400	(276 622)	427 778	661 233
		<u>3 663 393</u>	<u>(3 235 615)</u>	<u>427 778</u>	<u>661 233</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	10	164 655	(18 001)	146 654	151 780
Equipamento básico	10	328 791 848	(238 614 510)	90 177 338	92 565 690
Equipamento de transporte	10	916 253	(675 764)	240 489	302 815
Ferramentas e utensílios	10	425 823	(325 529)	100 294	200 448
Equipamento administrativo	10	34 397 718	(31 277 780)	3 119 938	2 365 619
Outras imobilizações corpóreas	10	2 032 530	(2 027 774)	4 756	20 198
Imobilizações em curso	10	5 950 343	-	5 950 343	1 551 490
		<u>372 679 170</u>	<u>(272 939 358)</u>	<u>99 739 812</u>	<u>97 158 040</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	1 704 335	-	1 704 335	1 641 395
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	802 915	-	802 915	788 525
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	69 988	-	69 988	69 988
		<u>2 577 238</u>	<u>-</u>	<u>2 577 238</u>	<u>2 499 908</u>
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 e 41	26 123	(377)	25 746	257 431
Produtos e trabalhos em curso	42	1 655 769	-	1 655 769	1 512 558
Mercadorias	21 e 41	3 621 989	(527)	3 621 462	1 166 374
		<u>5 303 881</u>	<u>(904)</u>	<u>5 302 977</u>	<u>2 936 363</u>
Dívidas de terceiros - Médio e Longo prazo:					
Clientes, conta corrente		1 801 561	-	1 801 561	284 398
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente	21 e 23	58 710 994	(2 245 425)	56 465 569	112 779 582
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	69 076 724	(19 394 208)	49 682 516	482 071
Accionista e empresas do grupo		4 620 011	-	4 620 011	284 445
Adiantamentos a fornecedores		8 609 866	-	8 609 866	15 878
Estado e outros entes públicos	48	6 278 573	-	6 278 573	3 902 457
Outros devedores	21 e 23	3 187 556	(225 735)	2 961 821	1 088 311
		<u>150 483 724</u>	<u>(21 865 368)</u>	<u>128 618 356</u>	<u>118 552 744</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	52	5 190 913	-	5 190 913	891 401
Caixa	52	714 293	-	714 293	430 849
		<u>5 905 206</u>	<u>-</u>	<u>5 905 206</u>	<u>1 322 250</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	49	33 474 039	-	33 474 039	27 155 649
Custos diferidos	49	14 913 326	-	14 913 326	19 913 340
Impostos diferidos	6	1 300 938	-	1 300 938	918 450
		<u>49 688 303</u>	<u>-</u>	<u>49 688 303</u>	<u>47 987 439</u>
Total das amortizações			<u>(276 174 973)</u>		
Total de ajustamentos			<u>(21 866 272)</u>		
Total do activo		<u>592 102 476</u>	<u>(298 041 245)</u>	<u>294 061 231</u>	<u>271 402 374</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.



Prime

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio e passivo	Notas	2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 37 e 40	30 000 000	30 000 000
Prémios de emissão de acções	40	5 805 000	5 805 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	504 363	448 410
Reservas:			
Reserva legal	40	5 729 437	4 265 860
Reservas livres	40	2 074 689	2 074 689
Resultados transitados	40	453 174	509 127
Resultado líquido do exercício	40	52 688 686	29 271 550
Total do capital próprio		<u>97 255 349</u>	<u>72 374 636</u>
PASSIVO:			
Provisões:			
Provisão para impostos	34	375 904	175 533
Outras provisões	34	28 544	47 500
		<u>404 448</u>	<u>223 033</u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Accionista	16	37 000 000	19 354 145
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	151 396	199 272
		<u>37 151 396</u>	<u>19 553 417</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Fornecedores, conta corrente		88 234 387	86 332 698
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		3 399 935	2 340 800
Accionista e empresas do grupo	16	10 964 201	34 085 025
Adiantamentos de clientes		639 728	6 012 119
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		13 499 604	9 496 557
Estado e outros entes públicos	48	33 056	23 244
Outros credores		3 792 201	2 231 963
		<u>120 563 112</u>	<u>140 522 406</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	37 095 591	37 580 883
Proveitos diferidos	49	1 591 335	1 147 999
		<u>38 686 926</u>	<u>38 728 882</u>
Total do passivo		<u>196 805 882</u>	<u>199 027 738</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>294 061 231</u>	<u>271 402 374</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

A Directora Financeira

O Conselho de Administração



Prime

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2008		2007	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					
Mercadorias	41	22 181 067		20 332 955	
Matérias	41	<u>4 534 128</u>	26 715 195	<u>7 885 367</u>	28 218 322
Fornecimentos e serviços externos			339 830 502		308 955 267
Custos com o pessoal:					
Remunerações		3 322 028		3 421 878	
Encargos sociais:					
Outros		<u>791 348</u>	4 113 376	<u>792 101</u>	4 213 979
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	33 259 652		29 746 954	
Ajustamentos	10 e 21	4 371 045		957 240	
Provisões	34	<u>248 964</u>	37 879 661	-	30 704 194
Impostos		61 121		384 130	
Outros custos e perdas operacionais		<u>48 560</u>	<u>109 681</u>	<u>35 732</u>	<u>419 862</u>
(A)			408 648 415		372 511 624
Juros e custos similares:					
Outros	45	<u>3 238 505</u>	<u>3 238 505</u>	<u>3 035 779</u>	<u>3 035 779</u>
(C)			411 886 920		375 547 403
Custos e perdas extraordinários	46		<u>849 034</u>		<u>471 796</u>
(E)			412 735 954		376 019 199
Imposto sobre o rendimento do exercício	6		<u>18 920 240</u>		<u>10 466 849</u>
(G)			431 656 194		386 486 048
Resultado líquido do exercício			<u>52 688 686</u>		<u>29 271 550</u>
			<u>484 344 880</u>		<u>415 757 598</u>
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas de mercadorias	44	32 606 642		21 696 113	
Prestações de serviços	44	<u>443 976 098</u>	476 582 740	<u>380 910 124</u>	402 606 237
Variação da produção	42		143 211		1 512 558
Trabalhos para a própria empresa			4 511 527		7 879 790
Proveitos suplementares		617		6 809	
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 211 158		504 006	
Reversões de amortizações e ajustamentos	10 e 21	<u>669 501</u>	<u>1 881 276</u>	<u>652 269</u>	<u>1 163 084</u>
(B)			483 118 754		413 161 669
Ganhos em empresas do grupo e associadas	10 e 45	432 280		411 808	
Rendimentos de participações de capital	45	10 040		23 600	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	<u>191 588</u>	<u>633 908</u>	<u>142 316</u>	<u>577 724</u>
(D)			483 752 662		413 739 393
Proveitos e ganhos extraordinários	46		<u>592 218</u>		<u>2 018 205</u>
(F)			484 344 880		415 757 598
Resultados operacionais:	(B)-(A)		74 470 339		40 650 045
Resultados financeiros:	(D)-(B)-(C)-(A)		(2 604 597)		(2 458 055)
Resultados correntes:	(D)-(C)		71 865 742		38 191 990
Resultados antes de impostos:	(F)-(E)		71 608 926		39 738 399
Resultado líquido do exercício	(F)-(G)		52 688 686		29 271 550

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

A Directora Financeira

O Conselho de Administração



Prime

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 51	2008	2007
Vendas e prestações de serviços	a)	476 582 740	402 606 237
Custo das vendas e das prestações de serviços	b)	<u>(365 443 545)</u>	<u>(329 202 411)</u>
Resultados brutos		111 139 195	73 403 826
Outros proveitos e ganhos operacionais	c)	1 288 554	1 251 737
Custos de distribuição		(18 975 488)	(16 852 389)
Custos administrativos	d)	(18 475 202)	(15 312 878)
Outros custos e perdas operacionais	e)	<u>(483 668)</u>	<u>(353 683)</u>
Resultados operacionais		74 493 391	42 136 613
Custo líquido de financiamento	f)	(3 031 409)	(2 820 502)
Ganhos em filiais e associadas	g)	442 320	435 408
Resultados não usuais ou não frequentes	h)	<u>(403 786)</u>	<u>-</u>
Resultados correntes		71 500 516	39 751 519
Imposto sobre os resultados correntes	i)	<u>(18 811 830)</u>	<u>(10 479 970)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>52 688 686</u>	<u>29 271 550</u>
Resultado por acção		8,78	4,88

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

A Directora Financeira

O Conselho de Administração



Prime

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		567 474 254	456 526 203
Pagamentos a fornecedores		(441 562 482)	(376 900 788)
Pagamentos ao pessoal		(4 092 318)	(4 388 045)
Fluxo gerado pelas operações		121 819 454	75 237 370
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(8 974 654)	(15 157 429)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(18 083 624)	2 719 765
Fluxos das actividades operacionais (1)		94 761 176	62 799 706
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		350 508	435 819
Imobilizações corpóreas		116 533	83 019
Juros e proveitos similares		108 293	103 181
		575 334	622 019
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(40 486 570)	(38 615 792)
Empréstimos concedidos	52 a)	(37 744 897)	-
Imobilizações incorpóreas		-	(847 000)
		(78 231 467)	(39 462 792)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(77 656 133)	(38 840 773)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos do accionista	52 b)	37 000 000	13 911 930
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos do accionista	52 c)	(19 354 145)	-
Amortizações de contratos de locação financeira		(271 035)	(698 233)
Juros e custos similares		(2 088 934)	(2 753 833)
Dividendos	40	(27 807 973)	(33 217 939)
		(49 522 087)	(36 670 005)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(12 522 087)	(22 758 075)
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		4 582 956	1 200 858
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	52 d)	1 322 250	121 392
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	52 d)	5 905 206	1 322 250

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

A Directora Financeira

O Conselho de Administração



Prime

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros - EUR)

Nota Introdutória

A PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“Empresa” ou “PT Prime”), foi constituída em 11 de Maio de 1992 e tem como actividade principal a exploração e comercialização de sistemas de comunicação de dados e outros serviços de telecomunicações.

No exercício de 2003, o capital social da Empresa foi adquirido na totalidade pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT SGPS”) aos anteriores accionistas, i) à PT Prime, SGPS, S.A. (“PT Prime SGPS”) a participação representativa de 87,5% do capital e ii) à SIBS a participação representativa de 12,5% do capital. Em 9 de Novembro de 2007, a PT SGPS alienou à PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”) (Nota 37), a totalidade da participação que detinha da PT Prime. No âmbito desta operação foram cedidos pela PT SGPS à PT Comunicações os créditos referentes aos suprimentos concedidos pela PT SGPS à PT Prime no valor de EUR 19.354.145. A Empresa encontra-se assim inserida no Grupo Portugal Telecom.

O serviço fixo comutado de transmissão de dados encontra-se abrangido pelo Contrato de Concessão da PT Comunicações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de Fevereiro. A PT Prime está autorizada a assegurar a prestação daquele serviço (nomeadamente o suportado na tecnologia de X25) nos termos do n.º 4º do artigo 2º do Anexo daquele Decreto-Lei.

A PT Prime tem a certificação ISO9001 conferida pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação ao sistema de Gestão de Qualidade que se encontra implementado na Empresa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.



Prime

3 Bases de Apresentação e Principais Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

Apesar de deter participações financeiras em empresas do grupo e associadas, a Empresa está legalmente dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, dado que a PT SGPS apresenta demonstrações financeiras consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e das suas empresas participadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem propriedade industrial e outros direitos, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações destes activos são calculadas sobre o seu custo de aquisição, por duodécimos, a partir do mês de início da utilização ou entrada em funcionamento dos bens, de acordo com o método das quotas constantes.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	5 - 10
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As imobilizações em curso, que incluem fundamentalmente equipamento básico e administrativo que ainda não se encontra em utilização, são valorizadas ao custo de aquisição.

c) Locação financeira e alugueres de longa duração

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira ou de aluguer de longa duração equiparáveis a locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, quando cumprem os requisitos da Directriz Contabilística n.º 25. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea 3 b) supra, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 15).

Os contratos de aluguer de longa duração não equiparáveis a locação financeira não são evidenciados no Balanço, sendo as rendas registadas como custo operacional do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registados pelo custo de aquisição das participações, acrescido ou reduzido pela diferença entre esse custo e o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas reportados à data de aquisição. Essa diferença, se positiva, é registada como um trespasse ("goodwill") e amortizada ao longo do período de recuperação do investimento e, se negativa, é registada em capitais próprios, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas". Anualmente, os investimentos financeiros são ajustados pela proporção da Empresa e nos resultados líquidos do exercício e nas variações nas restantes rubricas de capital próprio, respectivamente, como proveitos ou custos financeiros, ou como ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas. Os resultados distribuídos pelas empresas participadas, a título de dividendos ou lucros, são deduzidos ao valor da participação financeira no momento da sua atribuição.

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de operações de aumento de capital em empresas participadas e não subscritas pela Empresa, bem como os decorrentes de outras operações que originem alterações nas percentagens de participação naquelas empresas, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, sempre que aplicável.

Prime

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou do preço do mercado. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção.

f) Ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa são calculados de acordo com as expectativas de perda pela não cobrança de contas a receber de clientes e outros devedores (Notas 21 e 23).

g) Acréscimos e diferimentos

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 49).

h) Imposto sobre o rendimento

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efectuada com base na estimativa da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") (Nota 6).

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado nas demonstrações financeiras, é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de impostos e o lucro tributável originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis da ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos

diferidos, no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos que se encontravam reconhecidos, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

i) Classificação do Balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

j) Reconhecimento da receita

As receitas da actividade de telecomunicações são registadas pelo seu valor bruto, sendo que valores não facturados a clientes ou outros operadores, mas vencidos ou gerados à data das demonstrações financeiras, são registados com base em estimativas. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

4 Cotações Utilizadas para Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

<u>Designação</u>	<u>Código</u>	<u>Cotação</u>
Direito de Saque Especial	XDR	1,10675
Dólar Americano	USD	1,3917
Franco Suíço	CHF	1,4850
Libra Esterlina	GBP	0,9525
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,265
Metical de Moçambique	MZN	35,250

6 Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável de IRC, de que resulta uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a



Prime

Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, considerando as provisões registadas de EUR 375.904 (Nota 34).

No exercício de 2005, a Empresa passou a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS") adoptado pela PT SGPS desde 2000. Consequentemente, a estimativa de imposto sobre o rendimento líquida das retenções efectuadas por terceiros encontra-se registada no balanço como uma conta a pagar à PT SGPS.

Impostos diferidos

Conforme preconizado na Directriz Contabilística n.º 28, a Empresa calculou activos por impostos diferidos, como segue:

a) Movimentos dos activos por impostos diferidos:

Diferenças temporárias	Saldo inicial	Aumentos / Reduções	Saldo final
Activos por impostos diferidos :			
Ajustamentos não aceites fiscalmente:			
Dívidas de cobrança duvidosa	867 033	(127 838)	739 195
Depreciação de existências	51 417	(51 417)	-
Imobilizado	-	561 743	561 743
Total	<u>918 450</u>	<u>382 488</u>	<u>1 300 938</u>

b) Reconciliação da taxa de imposto:

Resultados antes de impostos	71 608 926
Taxa nominal de imposto	<u>26,5%</u>
Imposto esperado	18 976 365
Diferenças permanentes	(84 889)
Ajustamentos à colecta	<u>28 764</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>18 920 240</u>
Taxa efectiva de imposto	26,42%
Imposto corrente do exercício (Nota 16)	19 302 728
Imposto diferido do exercício	<u>(382 488)</u>
	<u>18 920 240</u>

7 Número Médio de Pessoal

Durante os exercícios de 2008 e 2007 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Pessoal efectivo	37	32
Pessoal contratado a termo	3	2
Pessoal cedido por outras empresas:		
Outras Empresas do Grupo Portugal Telecom	42	45
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	1	1
Pessoal cedido a entidades externas ao Grupo Portugal Telecom	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
	<u><u>70</u></u>	<u><u>67</u></u>

8 Despesas de Instalação e Propriedade Industrial

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Despesas de instalação:		
Despesas com inscrição matricial	2 915 896	2 915 896
Outras	<u>43 097</u>	<u>43 097</u>
	2 958 993	2 958 993
Amortizações acumuladas	<u>(2 958 993)</u>	<u>(2 958 993)</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Propriedade industrial e outros direitos:		
Licenças de utilização de software	704 400	704 400
Amortizações acumuladas	<u>(276 622)</u>	<u>(43 167)</u>
	<u><u>427 778</u></u>	<u><u>661 233</u></u>

10 Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo Bruto						
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Equivalência patrimonial (Nota 45)	Distribuição de lucros	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	2 958 993	-	-	-	-	-	2 958 993
Propriedade industrial e outros direitos	704 400	-	-	-	-	-	704 400
	<u>3 663 393</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 663 393</u>
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	153 055	11 600	-	-	-	-	164 655
Equipamento básico	301 583 140	31 581 985	(572 413)	(3 800 864)	-	-	328 791 848
Equipamento de transporte	972 919	112 561	(140 227)	(29 000)	-	-	916 253
Ferramentas e utensílios	424 493	1 330	-	-	-	-	425 823
Equipamento administrativo	32 638 477	712 331	(5 773)	1 052 683	-	-	34 397 718
Outras imobilizações corpóreas	2 032 530	-	-	-	-	-	2 032 530
Imobilizado em curso	1 551 490	5 451 536	-	(1 052 683)	-	-	5 950 343
	<u>339 356 104</u>	<u>37 871 343</u>	<u>(718 413)</u>	<u>(3 829 864)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>372 679 170</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	1 641 395	-	-	-	403 409	(340 469)	1 704 335
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	788 525	-	-	-	28 871	(14 481)	802 740
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 16)	69 988	-	-	-	-	-	69 988
	<u>2 499 908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>432 280</u>	<u>(354 950)</u>	<u>2 577 064</u>

Rubricas	Amortizações Acumuladas				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	2 958 993	-	-	-	2 958 993
Propriedade industrial e outros direitos	43 167	233 455	-	-	276 622
	<u>3 002 160</u>	<u>233 455</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 235 615</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	1 275	16 726	-	-	18 001
Equipamento básico	209 017 450	31 667 936	(571 063)	(3 619 595)	236 494 728
Equipamento de transporte	670 104	132 032	(97 372)	(29 000)	675 764
Ferramentas e utensílios	224 045	101 484	-	-	325 529
Equipamento administrativo	30 272 858	1 092 577	(5 344)	(82 311)	31 277 780
Outras imobilizações corpóreas	2 012 332	15 442	-	-	2 027 774
	<u>242 198 064</u>	<u>33 026 197</u>	<u>(673 779)</u>	<u>(3 730 906)</u>	<u>270 819 576</u>

Rubricas	Ajustamentos			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reduções	
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento básico	-	2 363 335	(243 553)	2 119 782
	<u>-</u>	<u>2 363 335</u>	<u>(243 553)</u>	<u>2 119 782</u>

Em Setembro de 2003, a PT Prime efectuou uma operação com investidores estrangeiros, pela qual vendeu, com reserva de propriedade, determinados equipamentos da sua rede, pelo montante global de EUR 6.637.308. Em simultâneo, cada uma daquelas entidades celebrou um contrato de leasing dos equipamentos adquiridos, com sociedades constituídas especialmente para o efeito, por um período de vinte anos. Por sua vez, estas empresas celebraram com a PT Prime um contrato de venda condicional desses equipamentos ("Conditional Sale Agreements"), por um valor idêntico ao valor por que a PT Prime havia vendido os equipamentos.

A PT Prime mantém legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possa vir a efectuar. Adicionalmente, a PT Prime e a PT SGPS celebraram um “put option agreement” com cada uma daquelas entidades, pelo qual a PT Prime e a PT SGPS concederam a essas entidades o direito de cada uma poder provocar a aquisição pela PT Prime e pela PT SGPS da sua posição na transacção.

Estas operações de “cross-border lease” configuram globalmente operações de “sale and lease-back”, pelo que a PT Prime não reconheceu a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas 25 e 26, mantendo-os registados no seu activo.

14 Imobilizações Corpóreas (Informações Adicionais)

Relativamente às imobilizações corpóreas, são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2008:

- As imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia correspondem à totalidade do valor líquido contabilístico das imobilizações corpóreas da Empresa (excepto equipamento de transporte) e ascendem a EUR 99.499.323.
- Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Prime e que se encontram afectos à Concessão, nos termos do artigo 5º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de Fevereiro ("Nota Introdutória"), encontram-se completamente amortizados.

15 Bens em Regime de Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa dispunha de equipamento básico e de transporte adquirido em regime de locação financeira, encontrando-se estes bens reflectidos no balanço tal como indicado na Nota 3 c), sendo o valor das rendas vincendas de EUR 361.222, dos quais EUR 159.751 a médio e longo prazo. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Capital		Juros		Total
	Curto prazo	Médio/longo prazo	Curto prazo	Médio/longo prazo	
2009	191 420	-	10 051	-	201 471
2010	-	83 438	-	5 590	89 028
2011	-	48 645	-	2 422	51 067
2012	-	19 313	-	343	19 656
	<u>191 420</u>	<u>151 396</u>	<u>10 051</u>	<u>8 355</u>	<u>361 222</u>



Prime

16 Empresas do Grupo, Associadas e Títulos e Outras Aplicações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2008, as empresas do grupo, associadas e os títulos e outras aplicações financeiras eram como segue:

Denominação	Sede	Capitais Próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)
Empresas do grupo:					
Infonet	Rua Castilho, 39, 12G 1250-068 Lisboa	1 893 705	448 230	90,00%	1 704 335
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações ACE (i)	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa	-	-	51,00%	-
					<u>1 704 335</u>
Empresas associadas:					
Telelarm (ii)	Av. Marquês de Tomar, 69 - 5º 1050-154 Lisboa	878 674	4 833	50,00%	439 337
Multicert, SA (ii)	Rua do Centro Cultural, 2 1749-067 Lisboa	1 817 924	137 784	19,99%	363 403
					<u>802 740</u>
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Caixanet - Telemática e Comunicações, SA	Av. João XXI, 63 Lisboa	n.d.	n.d.	10,00%	50 000
ADR Coimbra Vita, S.A.	Rua Capitão Luis Gonzaga 3000 Coimbra	n.d.	n.d.	3,00%	15 000
Páginas Amarelas, S.A.	Av. D. João II, nº 1.17.01, 7º andar, 1050 Lisboa	n.d.	n.d.	0,1250%	4 988
					<u>69 988</u>

(i) Agrupamento complementar de empresas constituído com os CTT - Correios de Portugal, S.A. em 9 de Julho de 2004.

(ii) Informação reportada a 30 de Novembro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos activos e passivos com outras empresas do Grupo Portugal Telecom são os seguintes:

	Activos	Passivos
PT Comunicações (a)	52 809 172	77 329 797
PT SGPS (b)	4 571 983	11 121 024
TMN	385 700	1 247 288
PT Contact	308 216	1 279 271
Outras	4 972 456	9 033 337
	<u>63 047 527</u>	<u>100 010 717</u>

(a) Conforme acordado, o empréstimo concedido pela PT Comunicações, no montante de EUR 37.000.000, será reembolsado a médio e longo prazo e vence juros às taxas em vigor no Grupo PT, as quais não diferem das taxas de juro normais de mercado (Nota 52 b)).

(b) O valor a pagar à PT SGPS inclui EUR 10.964.201 correspondente à estimativa de IRC (EUR 19.302.728) deduzida dos pagamentos por conta e das retenções efectuadas na fonte por terceiros (EUR 8.338.527) (Nota 6).

No exercício de 2008, as transacções efectuadas com outras empresas do Grupo Portugal Telecom foram as seguintes:

	Proveitos Operacionais	Custos Operacionais	Outros Custos e Proveitos Líquidos
PT Comunicações	157 125 069	(266 521 640)	(2 029 217)
PT SGPS	(17 123)	-	(744 197)
TMN	4 029 105	(4 885 658)	-
PT Contact	1 281 938	(5 322 043)	-
Outras	15 123 577	(14 597 774)	-
	<u>177 542 566</u>	<u>(291 327 115)</u>	<u>(2 773 414)</u>

21 Ajustamentos de Valor do Activo Circulante

Durante o exercício de 2008, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos de valor do activo circulante:

	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização / Transferências	Saldo final
Ajustamentos de dívidas a receber:					
Dívidas de clientes (Nota 23)	20 492 152	2 007 710	-	(860 229)	21 639 633
Outros devedores (Nota 23)	375 653	-	(148 019)	(1 899)	225 735
	<u>20 867 805</u>	<u>2 007 710</u>	<u>(148 019)</u>	<u>(862 128)</u>	<u>21 865 368</u>
Ajustamentos para depreciação de existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	834	-	(457)	-	377
Mercadorias	193 191	-	(192 664)	-	527
	<u>194 025</u>	<u>-</u>	<u>(193 121)</u>	<u>-</u>	<u>904</u>

23 Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, existiam dívidas consideradas como de cobrança duvidosa que se encontravam ajustadas pelo valor das perdas estimadas pela sua não cobrança e estavam incluídas nas seguintes rubricas do balanço:

	2008		2007	
	Valor em dívida	Ajustamento	Valor em dívida	Ajustamento
Cientes, conta corrente	2 287 974	2 245 425	16 156 788	15 707 034
Cientes, cobrança duvidosa	69 076 724	19 394 208	5 267 189	4 785 118
Sub-total (Nota 21)	71 364 698	21 639 633	21 423 977	20 492 152
Outros devedores, curto prazo (Nota 21)	225 735	225 735	375 653	375 653
Total	<u>71 590 433</u>	<u>21 865 368</u>	<u>21 799 630</u>	<u>20 867 805</u>

De acordo com a Lei 12/2008, publicada em 26 de Fevereiro, a Empresa passou a dispor de um prazo de 6 meses para accionar judicialmente os clientes por não pagamento, findo o qual, e se



Prime

nada fizer, a dívida prescreve. Na sequência da aplicação da referida lei e das acções judiciais interpostas, os saldos foram reclassificados para a rubrica de cobrança duvidosa. Tal como indicado na Nota 3 f), estas contas a receber são ajustadas de acordo com as expectativas de perda pela sua não cobrança.

25 Dívidas Activas e Passivas com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos das contas a receber e a pagar ao pessoal eram os seguintes:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldos devedores		
Valores a deduzir em remunerações	99 012	75 126
Adiantamentos	<u>53 625</u>	<u>68 983</u>
	<u>152 637</u>	<u>144 109</u>
Saldo Credores		
Outros	<u>36 449</u>	<u>42 686</u>

31 Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2008, os compromissos financeiros não reflectidos no balanço, relativos a encomendas colocadas e não satisfeitas, essencialmente para a aquisição de equipamentos de telecomunicações, no curso normal das operações, ascendiam a EUR 42.750.788.

32 Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2008, as garantias bancárias apresentadas pela Empresa a favor de terceiros são como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Concursos públicos e afins	10 617 619	2 684 038
Tribunais	13 840	13 840
Outros	<u>54 516</u>	<u>5 088</u>
	<u>10 685 975</u>	<u>2 702 966</u>

34 Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Provisões

Durante o exercício de 2008, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Reforço	Redução (Nota 46)	Saldo final
Provisões:				
Impostos (Nota 6)	175 533	248 964	(48 593)	375 904
Processos judiciais em curso	47 500	-	(18 956)	28 544
	<u>223 033</u>	<u>248 964</u>	<u>(67 549)</u>	<u>404 448</u>

36 Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da Empresa, no montante de EUR 30.000.000, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 6 000 000 acções escriturais e nominativas com o valor nominal de cinco euros cada.

37 Detentores do Capital

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Comunicações (Nota Introdutória).

40 Variações nas Contas de Capital Próprio

Os movimentos ocorridos nas contas de capital próprio durante o exercício de 2008 foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação de Resultados	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital	30 000 000	-	-	-	30 000 000
Prémios de emissão de acções	5 805 000	-	-	-	5 805 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	448 410	-	-	55 953	504 363
Reserva legal	4 265 860	1 463 577	-	-	5 729 437
Reservas livres	2 074 689	-	-	-	2 074 689
Resultados transitados	509 127	-	-	(55 953)	453 174
Resultado líquido do exercício	29 271 550	(29 271 550)	52 688 686	-	52 688 686
	<u>72 374 636</u>	<u>(27 807 973)</u>	<u>52 688 686</u>	<u>-</u>	<u>97 255 349</u>

Prémios de emissão de acções

Conforme dispõe a legislação comercial em vigor, os valores englobados nesta conta estão sujeitos ao regime da reserva legal, pelo que só podem ser utilizados para aumentar o capital ou



Prime

absorver resultados transitados negativos, não podendo ser distribuídos aos accionistas, excepto no caso de liquidação da Empresa.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

As variações nos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas respeitam a resultados do exercício de 2007 não atribuídos, relativos às participações na Multicert e na Telelarm, como segue:

Multicert	55 191
Telelarm	762
	<u>55 953</u>

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Aplicação de resultados de 2007

Conforme deliberado na Assembleia Geral de 3 de Março de 2008, o resultado líquido do exercício de 2007, no montante de EUR 29.271.550, foi aplicado como segue:

	<u>2008</u>
Distribuição de dividendos	27 807 973
Reserva legal	1 463 577
	<u>29 271 550</u>

41 Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios de 2008 e 2007 foi determinado como segue:

	2008			2007
	Mercadorias	Matérias	Total	Total
Existências iniciais	1 359 565	258 265	1 617 830	1 952 485
Compras	27 675 091	4 302 370	31 977 461	32 866 358
Regularização de existências	(3 231 600)	(384)	(3 231 984)	(4 982 691)
Existências finais	(3 621 989)	(26 123)	(3 648 112)	(1 617 830)
Custos no exercício	<u>22 181 067</u>	<u>4 534 128</u>	<u>26 715 195</u>	<u>28 218 322</u>

A regularização de existências corresponde, essencialmente, a transferências de existências para imobilizado.

42 Variação da Produção

A variação da produção ocorrida no exercício de 2008 foi apurada como segue:

	2008	2007
Existências finais	1 655 769	1 512 558
Existências iniciais	(1 512 558)	-
Variação da produção	<u>143 211</u>	<u>1 512 558</u>

43 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 2008 e 2007, foram como segue:

	2008	2007
Fiscal Único	<u>19 615</u>	<u>19 100</u>

Não foram atribuídas quaisquer remunerações aos membros do Conselho de Administração, dado que a gestão da sociedade é assegurada por administradores que são remunerados pelo exercício de funções de administração em outras empresas do Grupo PT.



Prime

44 Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos

Nos exercícios de 2008 e 2007, as vendas e prestações de serviços têm a seguinte composição:

	2008		2007
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestações de Serviços (i)	443 480 093	496 005	443 976 098
Vendas	32 390 096	216 546	32 606 642
	<u>475 870 189</u>	<u>712 551</u>	<u>476 582 740</u>
			<u>402 606 237</u>

(i) As prestações de serviços respeitam, essencialmente, a comunicações de dados e banda larga.

45 Demonstrações dos Resultados Financeiros

Nos exercícios de 2008 e 2007, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2008	2007
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados (a)	3 000 564	2 836 588
Diferenças de câmbio desfavoráveis	172 350	148 332
Outros custos e perdas financeiros	65 591	50 859
	<u>3 238 505</u>	<u>3 035 779</u>
Resultados financeiros	<u>(2 604 597)</u>	<u>(2 458 055)</u>
	<u>633 908</u>	<u>577 724</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Notas 10 e 51 g)	432 280	411 808
Juros obtidos	113 447	81 184
Diferenças de câmbio favoráveis	76 098	61 132
Rendimentos de participações de capital (Nota 51 g)	10 040	23 600
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 043	-
	<u>633 908</u>	<u>577 724</u>

(a) Inclui EUR 2.029.217 e EUR 971.217 relativos a juros devidos à PT Comunicações e PT SGPS, respectivamente.

46 Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos exercícios de 2008 e 2007, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2008	2007
Custos e perdas:		
Dívidas incobráveis	236 377	105 299
Perdas em imobilizações	190 850	160 214
Rescisões de contratos de trabalho	175 000	54 997
Correcções relativas a exercícios anteriores	119 105	93 239
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento	-	13 121
Outros custos e perdas extraordinários	127 702	44 926
	<u>849 034</u>	<u>471 796</u>
Resultados extraordinários	<u>(256 816)</u>	<u>1 546 409</u>
	<u>592 218</u>	<u>2 018 205</u>
Proveitos e ganhos:		
Excesso da estimativa para impostos sobre o rendimento	219 245	-
Reduções de provisões (Nota 34)	67 549	61 609
Ganhos em imobilizações	63 108	23 220
Correcções relativas a exercícios anteriores	12 246	506 121
Outros proveitos e ganhos extraordinários	230 070	1 427 256
	<u>592 218</u>	<u>2 018 205</u>

47 Informações Exigidas por Diplomas Legais

Nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

48 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos com estas entidades têm a seguinte composição:

	2008		2007	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o valor acrescentado	6 266 553	-	3 879 307	-
Segurança social	12 020	-	23 150	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	32 966	-	22 284
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	-	-	-	810
Restantes impostos	-	90	-	150
	<u>6 278 573</u>	<u>33 056</u>	<u>3 902 457</u>	<u>23 244</u>



Prime

49 Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de acréscimos e diferimentos têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Acréscimos de proveitos:		
Valores a facturar	31 829 007	26 166 031
Outros	<u>1 645 032</u>	<u>989 618</u>
	<u>33 474 039</u>	<u>27 155 649</u>
Custos diferidos:		
Rendas e alugueres	8 991 105	19 533 825
Conservação e reparação	144 217	10 436
Trabalhos especializados	4 846 807	21 956
Outros fornecimentos e serviços externos	<u>931 197</u>	<u>347 123</u>
	<u>14 913 326</u>	<u>19 913 340</u>
Acréscimos de custos:		
Fornecimentos e serviços externos	18 108 003	21 483 807
Correcções à facturação emitida	15 782 798	12 151 872
Serviços de telecomunicações	797 257	931 535
Custos com o pessoal	552 238	516 417
Outros	<u>1 855 295</u>	<u>2 497 252</u>
	<u>37 095 591</u>	<u>37 580 883</u>
Proveitos diferidos:		
Facturação antecipada	814 816	118 151
Operações "Cross-border lease" (Nota 10)	282 016	380 109
Outros	<u>494 503</u>	<u>649 739</u>
	<u>1 591 335</u>	<u>1 147 999</u>

50 Despesas de Investigação e Desenvolvimento

No exercício de 2008, a PT Prime não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

51 Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as rubricas de "Vendas de mercadorias" e de "Prestações de serviços" da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN").

- b) A rubrica “Custo das vendas e das prestações de serviços” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Custo das mercadorias vendidas”; “Fornecimentos e serviços externos”, no que se refere a Subcontratos, Rendas e Alugueres, Comissões, Publicidade e Propaganda e Conservação e Reparação; “Custos com o pessoal”, no que se refere ao pessoal operacional; e “Amortizações do exercício”, no que se refere a equipamento básico.
- c) A rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF inclui essencialmente “Outros proveitos e ganhos operacionais” e “Outros proveitos e ganhos extraordinários” da DRN.
- d) A rubrica “Custos administrativos” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” relacionados com Rendas e Alugueres, Despesas de Comunicação, etc., a rubrica “Amortizações do exercício”, com excepção das amortizações de equipamento básico, bem como a rubrica “Ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa”.
- e) A rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF inclui diversos custos classificados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da DRN, de onde se destacam Publicidade e Propaganda e Trabalhos Especializados, os outros custos classificados em “Outros custos e perdas operacionais” da DRN, bem como a redução das “Provisões para impostos” e das “Provisões para processos judiciais em curso”.
- f) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os ganhos e perdas em Empresas do grupo e associadas, os rendimentos de participações de capital e os ganhos/perdas em outros investimentos.
- g) A rubrica “Ganhos em filiais e associadas” da DRF inclui o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício das empresas participadas Infonet, Telalarm e Multicert, e rendimentos de participações de capital (Notas 10 e 45).
- h) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui os seguintes custos e proveitos registados na DRN em resultados extraordinários e na rubrica de “Provisões”:

Provisões para impostos sobre o rendimento	246 219
Rescisões de contratos de trabalho	175 000
Outros	(17 433)
	<u>403 786</u>



Prime

i) A rubrica “Imposto sobre os resultados correntes” da DRF tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento na DRN (Nota 6)	18 920 240
Correcções a exercícios anteriores relativas a liquidações adicionais do IVA e IRC	110 835
Excesso de estimativa para IRC (Nota 46)	(219 245)
	<u>18 811 830</u>

Determinadas naturezas de custos, nomeadamente conservação e reparação, publicidade e propaganda e custos com o pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pela Empresa.

52 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada observando as disposições da Directriz Contabilística n.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- Os pagamentos de empréstimos concedidos, no exercício de 2008, respeitam a empréstimos de curto prazo à PT SGPS.
- Os recebimentos de empréstimos obtidos, no exercício de 2008, respeitam a suprimentos obtidos do accionista PT Comunicações (Nota 16).
- Os pagamentos de empréstimos obtidos, no exercício de 2008, correspondem ao reembolso à PT Comunicações dos suprimentos concedidos pela PT SGPS e transferidos para a PT Comunicações em 2007 no âmbito da operação de aquisição da participação na PT Prime.
- A composição do saldo de caixa e seus equivalentes e a sua reconciliação com o valor das disponibilidades constantes dos balanços em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Disponibilidades constantes do balanço:		
Caixa	714 293	430 849
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>5 190 913</u>	<u>891 401</u>
Saldo de caixa e seus equivalentes	<u>5 905 206</u>	<u>1 322 250</u>

Ascensão, Gomes, Cruz & Associado - S.r.o.c.

Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do exercício de 2008 da **PT PRIME - SOLUÇÕES EMPRESARIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de balanço de 294.061.231 Euros e um total de capital próprio de 97.255.349 Euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 52.688.686 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

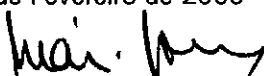
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **PT PRIME - SOLUÇÕES EMPRESARIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2009


ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Dr. Mário João de Matos Gomes, R.O.C.

Ascensão, Gomes, Cruz & Associado - S.r.o.c.

Sociedade de revisores oficiais de contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Administração e Accionista da
PT PRIME - SOLUÇÕES EMPRESARIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS, S.A.:

Nos termos da nossa incumbência legal e estatutária, ao longo do exercício transacto procedemos ao acompanhamento da gestão e da evolução da actividade e dos negócios da **PT PRIME - SOLUÇÕES EMPRESARIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS, S.A.** e das suas empresas participadas, tendo sempre recebido do Conselho de Administração e dos Serviços todas as provas e esclarecimentos que solicitámos.

Conforme explicado no Relatório de Gestão, num quadro macroeconómico e regulamentar desfavorável e numa envolvente muito concorrencial, o exercício de 2008 foi caracterizado pela adaptação da organização ao processo de convergência fixo-móvel e pelo contínuo esforço de inovação de produtos, serviços e conceitos de negócio, diferenciadores face à concorrência.

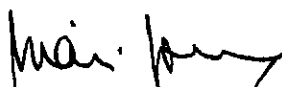
Assim, não obstante o ambiente competitivo vigente no mercado, verificou-se em 2008 um crescimento dos proveitos operacionais de 16,9%, para 483,1 M€, impulsionados pelo esforço de desenvolvimento de novos negócios com integração de telecomunicações e tecnologias de informação, bem como pelo crescimento das prestações de serviços de comunicação de dados, banda larga e Internet empresarial, o que, face ao continuado esforço de contenção dos custos operacionais, permitiu o crescimento do EBITDA para 107,7 M€ e o aumento do resultado líquido do exercício, o qual ascendeu a 52,7 M€.

Em fecho de trabalho, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivo Anexo às Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data, tendo procedido à emissão da correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas, anexa ao presente.

Assim, é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras acima referidas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, na medida em que esclarece os elementos contabilísticos, bem como as propostas nele expressas, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis e deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos, ainda, expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram no exercício das nossas funções de fiscalização.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2009



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Dr. Mário João de Matos Gomes, R.O.C.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 294.061.231 Euros e capitais próprios de 97.255.349 Euros, incluindo um resultado líquido de 52.688.686 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

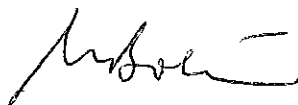
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os efeitos descritos no parágrafo 5, a posição financeira de PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A., em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do Artigo 3º do Decreto-Lei nº 238/91, está dispensada de o fazer. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método de equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível dos activos, passivos, custos e proveitos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto